

COLIGAÇÃO PT-PV-PR-PT do B-PSC-PTN-PTC

Candidato a Prefeito: Elmano de Freitas da Costa

Candidato a Vice-Prefeito: Antônio Mourão Cavalcante

Programa de Governo - Carta de Princípios

Fortaleza: planejar o futuro a partir das conquistas obtidas

Diagnóstico

A eleição da esquerda em Fortaleza, no ano 2004, representou o sentimento popular e a decisão da maioria dos fortalezenses por mudanças na orientação das políticas públicas para a cidade. Ao assumir o governo municipal, a prefeita Luizianne Lins iniciou o processo de inversão de prioridades e o redesenho das ações da prefeitura, colocando a máquina pública para atender às demandas sociais da cidade, principalmente, aquelas que diretamente atingem à maioria da população: os trabalhadores e as demais camadas populares.

No contexto de desorganização das finanças municipais e da ausência de planejamento urbano, em que se encontrava a cidade, foi central elaborar e implementar uma política de gestão fundada na participação popular, na transparência e na garantia dos direitos sociais. O Plano Plurianual Participativo, o Orçamento Participativo, a realização de conferências, a criação de 16 conselhos municipais e o diálogo para a

construção do Plano Diretor Participativo constituíram os principais instrumentos da gestão de esquerda em Fortaleza que, assumindo os princípios do modo petista de governar, planeja e intervém em Fortaleza para que ela seja uma cidade integrada e boa para o seu povo viver.

O modelo de desenvolvimento planejado e promovido pela gestão Luizianne Lins (2004-2012) se diferencia, profundamente, das experiências anteriores de gestão da cidade devido ao planejamento participativo, ao investimento nas pessoas, à promoção dos direitos humanos, à redução das desigualdades sociais, à participação popular, ao debate público e à ampliação de oportunidades econômicas. Em Fortaleza, o processo de desenvolvimento econômico e ascensão social iniciado com o governo Lula e continuado com o governo Dilma encontrou as condições para ser traduzido na vida do povo da cidade e nos resultados obtidos ao longo da gestão da prefeita Luizianne Lins em geração de empregos, ampliação de mercado interno, garantia de direitos e redução da pobreza e da miséria. O resultado mais importante desse processo é a participação dos trabalhadores e das trabalhadoras e da maioria da população da cidade nos ganhos do crescimento local e nacional. Fortaleza gerou mais de 200 mil novos empregos formais a partir de 2005. Isso ocorreu, sobretudo, nos setores de comércio, serviço e construção civil, tendo por base uma ampla rede de pequenos negócios espalhados pela cidade que dinamizam nossa economia urbana e promovem a criação de trabalho e renda.

A política fiscal de Fortaleza fez de nossa cidade a capital nordestina campeã em investimentos públicos nos últimos seis anos. Essa gestão fiscal transparente e responsável com os recursos públicos permitiu a realização de obras de infra-estrutura fundamentais para a integração das pessoas no espaço urbano, como os CUCAs, as Praças da Juventude, a modernização das avenidas Bezerra de Menezes, Domingos Olímpio, Antônio Sales,

Jovita Feitosa, Mister Hull e Luciano Carneiro, bem como o Hospital da Mulher, o Novo Estádio Presidente Vargas, o Projeto Vila do Mar, o Jardim Japonês e a Requalificação da Praia de Iracema. A distribuição espacial dos investimentos e a forma participativa e transparente como foram construídos os orçamentos, estabeleceram uma nova lógica para os fundos públicos municipais em que foram priorizadas as áreas mais carentes da cidade, ou seja, investindo mais onde as pessoas mais precisam. O fortalecimento das vocações estratégicas para o desenvolvimento da cidade pelos setores de comércio, serviços, turismo, cultura e lazer foi incentivado através da criação da Secretaria de Turismo e da Secretaria de Cultura. Essa ação administrativa permitiu reorientar a atividade turística pelo combate ao turismo sexual e pelo fortalecimento da cadeia produtiva com eventos de repercussão nacional, como o Réveillon, que geram empregos e oportunidades para os fortalezenses. A ação articulada de amplos programas nas áreas sociais associados ao crescimento econômico e à promoção dos direitos humanos significa a prioridade dada às pessoas pela promoção do desenvolvimento social e da integração urbana.

Os investimentos em saúde e educação aconteceram concomitantemente com programas da política de assistência social, habitação e gestão ambiental. A implantação de programas de geração de renda beneficiou direta e indiretamente mais de 165 mil pessoas. A prioridade dada aos jovens e às mulheres reflete a política sistemática de redução da vulnerabilidade social nesses segmentos da população. A Secretaria de Assistência Social foi criada para atender à população pobre e vulnerável da cidade pela implantação e expansão dos recursos públicos através dos Centros de Referência da Assistência Social. Além disso, esta secretaria promoveu a ampliação do Programa Bolsa Família de 95 mil para mais de 204 mil famílias. Os projetos habitacionais são dirigidos à

construção de casas populares, à urbanização de áreas densamente povoadas e à redução das áreas de risco. Fortaleza produziu áreas de habitação insalubres até a chegada da esquerda ao governo municipal. Desde então, a promoção da dignidade humana pela garantia do direito à habitação segura e digna tem sido realizada através da criação de áreas de lazer, construção de equipamentos comunitários e requalificação ambiental. A gestão ambiental do espaço urbano em Fortaleza foi realizada pela limpeza das lagoas, que foram devolvidas à cidade como espaços de lazer e convivência, pelo questionamento e impedimento a ações desrespeitosas da legislação ambiental e pelo controle e fiscalização das práticas de desrespeito aos recursos naturais da cidade, um patrimônio da atual e das futuras gerações, que promoveram um ambiente propício à circulação e à vida saudável na cidade.

A política de juventude destaca-se entre as ações baseadas na inversão de prioridades. A percepção dos jovens como sujeitos de direitos se traduziu na criação do Conselho Municipal de Juventude, espaço para interlocução entre poder público e os movimentos da juventude, na realização dos Festivais de Juventude, cenário de debates sobre projetos de intervenção política e cultural dos jovens, e na execução de políticas como o CredJovem, o ProJovem e o PopFor.

A gestão Luizianne Lins assumiu a política de transporte como direito dos fortalezenses e o compromisso com a promoção da mobilidade urbana. Isso fez com que a prefeitura e o povo da cidade conquistassem a menor tarifa de ônibus em sistema integrado entre as capitais de igual porte. A gratuidade para portadores de deficiência e seus acompanhantes, a ampliação de veículos com acessibilidade para cadeirantes e o estabelecimento da tarifa social aos domingos e feriados promoveram a circulação de pessoas que antes estavam segregadas e impedidas de

experimentar a sua própria cidade. Isso ampliou o movimento nos terminais, que exigiu as reformas e ampliações que foram feitas e permitiu que Fortaleza se refizesse pelo encontro entre as pessoas. A meia passagem ilimitada e gratuita para estudantes da rede pública, a integração temporal e a hora social são ações que compõem a política de transporte público voltada à garantia do direito de ir e vir em nossa cidade.

A cidade que estamos construindo é a referência para que o PT oriente sua ação eleitoral no sentido do aprofundamento de Fortaleza como cidade boa para viver.

Os novos desafios: uma visão de futuro para a cidade.

As conquistas sociais alcançadas pelo modo petista de governar estão encarnadas nos governos Lula e Dilma, em nível nacional, e no governo Luizianne em nível municipal. Em oito anos de planejamento participativo e gestão democrática, muitas reivindicações populares foram atendidas. Novas condições foram criadas a partir das conquistas sociais. Conquistas de direitos sociais e o crescimento econômico inclusivo produziram uma nova percepção da realidade e novas necessidades para as pessoas. A cidade cresceu, produziu mais, melhorou e inovou suas políticas públicas, viu cair o desemprego e a pobreza extrema, incluiu mais pessoas aos processos de decisão e inverteu a prioridade de investimento em favor da maioria. Tudo isso mudou as variáveis do processo de desenvolvimento, desencadeou novos potenciais e novas necessidades humanas. O investimento no cuidado com as pessoas abriu novas perspectivas e novos problemas a enfrentar. É a partir dessa percepção que estão postos novos desafios a vencer para dar continuidade à construção coletiva do futuro de nossa Fortaleza.

Princípios

Democracia participativa como método de gestão;
Controle social e transparência como instrumentos da cidadania;
Foco dos investimentos públicos para ampliação da inclusão social;
Assegurar direitos humanos e equidade;
Desenvolver a cidade com base na sustentabilidade econômica e responsabilidade sócio-ambiental;

Diretrizes:

1) Democracia Cidadã:

Com a prática da Democracia Participativa no planejamento e aplicação dos recursos do Orçamento Municipal inauguramos uma nova cultura de gestão pública na cidade: democrática e transparente. Essa aposta na democracia exige cuidados para crescer e apresentar os resultados esperados. Por isso, temos que avançar mais na formação e educação cidadã para o exercício das melhores práticas de democracia participativa, aprimorando, assim, seus resultados. Trata-se de aprofundar essa práxis através do acompanhamento e controle social das ações do poder público municipal numa perspectiva de longo prazo, rompendo com o imediatismo de curto prazo e construindo as bases do desenvolvimento sustentável para as futuras gerações. Nosso desafio é fazer avançar e aprofundar a democracia participativa em Fortaleza, como uma ação cotidiana e continuada da cidadania, manifestada em milhões de pequenos gestos de amor e cuidado pela cidade. A democracia participativa é como um caudaloso rio que cumprirá o seu destino com a

contribuição de milhões de afluentes, tornando-se, assim, mais e mais forte.

Nos mecanismos da iniciativa popular de projetos de Lei, do Plebiscito, Referendo e do Veto Popular contidos na Lei Orgânica do Município (LOM) e na participação direta da população nos Conselhos da administração municipal e nas novas formas de participação coletiva a serem criadas pela nova gestão democrática e popular, no contexto da ampliação da democracia participativa em Fortaleza.

2) Direitos Sociais e equidade:

Nossa defesa intransigente dos Direitos Sociais está materializada nas políticas públicas municipais, que estabeleceram a plataforma fundamental para assegurar condições de equidade social e desenvolvimento humano na cidade. O que foi conquistado no campo da assistência e dos direitos sociais dos segmentos mais fragilizados representou o resgate de uma dívida social histórica. Assim, a importância do Programa Bolsa Família, que teve enorme ampliação em Fortaleza, mostra a correção dos programas dos governos Lula e Luizianne no atendimento das necessidades urgentes da população mais sofrida. Contudo, não podemos parar por aí. Nossa aposta na emancipação humana coloca o desafio de despertar e apoiar o potencial de nosso povo na construção de um desenvolvimento humano sustentável e em base local. Portanto, trata-se de reforçar a capacidade da cidadania ativa em liberar novas energias na construção do futuro comum. Nesse sentido, fixamos como objetivo de governo a erradicação da miséria extrema e do analfabetismo em Fortaleza.

3) Transparência e Democracia:

Muito foi feito para dar transparência aos processos de planejamento e deliberação municipais, tornando Fortaleza, hoje, a capital nordestina com gestão mais transparente. O nosso desafio para ampliar a transparência é o de levar mais e melhor informação para mais pessoas. Criar amplos canais de acesso público significa reforçar o controle e fiscalização da sociedade, desde o nível estratégico ao do cotidiano da urbanidade. Levar a informação mais detalhada para o cidadão significa assegurar direitos e reforçar a democracia participativa através da transparência como “consciência da necessidade”. Deste modo, elevar o nível de consciência cidadã através da transparência representa vencer o desafio coletivo de avaliação constante da gestão em busca de melhores resultados.

Instrumento fundamental e de eficácia concreta será a criação, na próxima gestão municipal, de Conselhos de Usuários dos Serviços Públicos voltados à prestação de serviços à população.

4) Planejamento Participativo e Desenvolvimento local:

É necessário ampliar e aperfeiçoar o planejamento participativo na perspectiva de assegurar a construção coletiva do futuro da cidade. As conquistas obtidas do planejamento participativo nos âmbitos do Orçamento, do Plano Diretor, dos Planos Municipais de Educação, Cultura, entre outros, exigem vigilância cidadã para que seus resultados sejam alcançados. Muitos projetos semeados agora exigem tempo para amadurecer sem sofrer descontinuidade. Priorizar a perspectiva de longo prazo é assumir uma perspectiva sólida sobre os resultados a alcançar.

Os significativos resultados obtidos em 8 anos de gestão, como a redução da pobreza, a ampliação da assistência e dos direitos dos cidadãos, foram frutos de um planejamento participativo que inverteu prioridades em favor da maioria. Esse primeiro patamar foi alcançado com o investimento nas pessoas, criando, assim, um enorme potencial, sobretudo no segmento mais jovem da população. A partir desse patamar de desenvolvimento humano queremos dar passos mais largos em direção ao futuro. Os resultados alcançados nos credenciam a pensar o futuro através num novo modelo de desenvolvimento, no qual a maioria do povo se aproprie dos resultados do progresso técnico - por meio de uma educação inclusiva - como pressuposto para a sustentabilidade. Assim, o desenvolvimento de nossas vocações vinculadas a setores da economia criativa, conectando cultura local e acesso democrático à informação, criou novos espaços sociais de interação econômica e social. O futuro de Fortaleza está ligado aos seus processos endógenos, baseados no planejamento participativo de base local, numa perspectiva sustentável e de longo prazo.

Áreas Estratégicas de Ação Intersetorial

1. Educação: Construção da cidade educadora

A opção do governo municipal por integrar e fazer Fortaleza como cidade boa para se viver por meio do planejamento participativo e da boa aplicação do orçamento municipal assumiram a educação e a saúde como áreas centrais de seu investimento público. Em janeiro de 2005, as 55 creches que existiam estavam fechadas. Em 2012 temos 139 creches em pleno funcionamento nas quais as crianças fazem cinco refeições diárias

com qualidade e segurança alimentar nacionalmente reconhecidas. O governo de esquerda em Fortaleza construiu 900 novas salas de aula, reformou e ampliou 287 prédios escolares, construiu 80 novas escolas, criou 68 novas bibliotecas escolares e nelas dispôs um acervo de 263 mil livros. Isso assegura que entregamos à cidade uma escola a cada mês de governo. E mais, valorizamos os profissionais da educação pelo fortalecimento do tripé: carreira, salário e remuneração. O programa de transporte escolar e matrícula informatizada garantem o acesso ao ensino municipal. Isso se articula ao Sistema Municipal de Educação em que a criação do Conselho Municipal de Educação e do Fundo Municipal de Educação dinamizam e otimizam a aplicação dos recursos constitucionais.

Estratégia e visão de futuro:

- Melhorar a qualidade do processo de ensino-aprendizagem numa perspectiva libertária, formando a cidadania ativa do futuro.
- Ampliar a aplicação de novas tecnologias e recursos de ensino nas escolas para reduzir da exclusão digital através de amplo acesso à sociedade da informação.
- Desenvolver o currículo escolar para o século XXI com inclusão de temas como sustentabilidade sócio-ambiental, finanças públicas (OP criança), economia solidária, direitos humanos, cidadania e participação popular;
- Ampliar as estruturas da pré-escola, elevando-a ao nível alcançado pelo ensino fundamental.

2. Saúde: mais atenção e humanização do atendimento

A área da saúde em nosso governo imediatamente aceitou o desafio de oferecer um serviço público humanizado, capaz de atender à ampla maioria da população de Fortaleza. O primeiro passo foi aumentar os investimentos na saúde municipal. De 2004 a 2010 os recursos para a saúde em Fortaleza mais que dobraram. Antes de 2005, a média anual de recursos era de R\$ 358,5 milhões. No governo de Luizianne, essa média salta para R\$ 832,5 milhões colocados para atender à maioria do povo da cidade que é usuária do SUS. Foram concursados e selecionados 6.291 profissionais de saúde nas mais diversas categorias. Isso efetivou a melhoria no atendimento à população que pode ser percebida, por exemplo, pelo aumento em 156,72% das consultas para crianças com até 4 anos e em 251,91% dos atendimentos para as pessoas acima de 50 anos. A fila da mamografia foi zerada e a mortalidade materna foi reduzida em 50%. Em 2012, a conclusão do Hospital da Mulher representa o compromisso da gestão com a política de promoção da saúde feminina. Esse hospital possui 27 mil metros quadrados equipados com a estrutura dos melhores hospitais de referência em saúde da mulher no Brasil. O Programa de Saúde da Família triplicou sua cobertura populacional, inclusive garantindo o atendimento em saúde bucal, inédito em Fortaleza.

Estratégia e visão de futuro:

- Fortalecimento do Sistema Público de Saúde em Fortaleza;
- Melhorar as condições para garantir o direito universal à saúde de forma humanizada e combatendo os processos de privatização que excluem a maioria menos favorecida da população;

- Estabelecer programas especiais de atenção e tratamento à saúde das pessoas vítimas das drogas, dando atenção a esse fenômeno que já assume caráter epidêmico da maior gravidade;
- Convergência de investimentos em áreas correlacionadas à saúde pública – saneamento, assistência social, meio ambiente;
- Priorizar ações preventivas sustentáveis no longo prazo;
- Melhoria do acesso à saúde pública para a maior humanização e promoção da saúde, tendo como novo paradigma o Hospital da Mulher.

3. Mobilidade Urbana: garantir o direito de ir e vir

O principal eixo da política de mobilidade urbana da gestão de Luizianne Lins foi a acessibilidade do transporte público com tarifa de caráter social, isto representa a democratização dos transportes para milhões de fortalezenses. Em Fortaleza foi mantida a tarifa (R\$ 1,60) por mais de 4 anos. O sistema integrado permite que o usuário utilize vários ônibus pagando apenas uma tarifa. A tarifa desonerada é vantajosa na medida em que reduz os custos do transporte público.

Os efeitos positivos da política de tarifa desonerada da gestão de Luizianne Lins, podem ser sentidos a partir da comparação com outros indicadores de custo de vida da classe trabalhadora. O preço da tarifa de ônibus permaneceu abaixo dos custos com a cesta básica e custos de energia e água. Assim, houve uma transferência indireta de renda para os usuários de transporte público.

Um importante eixo da política de mobilidade urbana é o programa Transfor que amplia a infraestrutura do transporte público. Grandes investimentos nessa área tem sido realizados e representa um enorme avanço na política de mobilidade urbana. R\$ 131,5 milhões foram

investidos nesse setor nos últimos anos, avenidas com pavimentação, acessibilidade, iluminação, padronização de calçadas, ciclovias e drenagem foram entregues à população como Avenida Humberto Monte, Bezerra de Menezes e Domingos Olímpio, melhorando a segurança no trânsito.

Além da desoneração da tarifa e do aumento do número de usuários do transporte coletivo, da melhoria da infraestrutura geral, Fortaleza é a cidade do Nordeste que mais possui ciclovias, isto beneficia o trabalhador que utiliza este meio de transporte para se deslocar de casa ao trabalho. O programa Transfor inclusive prevê que ao final de sua execução a cidade tenha 100 km de ciclovias, muito semelhante a cidades modelos nessa infraestrutura.

Estratégia e visão de futuro:

- Reforçar a concepção do transporte público com a solução para a mobilidade urbana, expressa na infraestrutura construída pelo **Transfor**;
- Elaborar o Plano Diretor de Mobilidade a partir de uma concepção centrada nos sistemas intermodais de transportes urbanos, rompendo com a ditadura do transporte individual que compromete a sustentabilidade ambiental e social de nossa cidade;
- Estabelecer o Controle Social sobre o transporte urbano, envolvendo a população na discussão e solução dos problemas de mobilidade e tráfego;
- Dar prioridade para projetos de integração modal e acessibilidade urbana de massa, nos pontos de concentração de tráfego da cidade;
- Integração do sistema de transporte metropolitano de Fortaleza;

- Estabelecer política de incentivo municipal ao uso transportes individuais ecologicamente sustentáveis como a bicicleta, interligando vias de acesso, áreas de lazer e corredores ecológicos.

4. Habitação popular: o direito à cidade se faz a partir da casa

Moradia digna e direito a cidade sempre foram temas discutidos na sociedade de Fortaleza. A problemática do déficit habitacional é inerente a todas as cidades que enfrentaram grandes fluxos migratórios, como é o caso de Fortaleza. Retirar famílias de áreas de risco, do desconforto habitacional e de lugares insalubres é dever do Estado e condição sine qua non para o exercício da cidadania.

O Orçamento Participativo se constituiu no principal instrumento para materializar a política habitacional na cidade de Fortaleza. Isto exige uma política articulada, com diagnósticos precisos e integrada, focando não somente na casa mas no entorno, no saneamento e nos equipamentos públicos que serão criados ao redor das comunidades. A casa, a mobilidade urbana, a iluminação, o acesso à saúde, à educação e o processo de regularização fundiária devem estar integrados para satisfazer a população que não tem teto.

Cinco mil, duzentas e uma (5.201) habitações populares já foram entregues nos últimos anos, beneficiando vários bairros e mais de 30 mil pessoas. Outras 6.914 estão em construção ou em processo de licitação e que beneficiarão mais de 40 mil pessoas. As regularizações atingirão mais de 30 mil famílias, o sonhado Papel da Casa agora é realidade.

Uma política habitacional planejada e articulada com diretrizes nacionais caminha no sentido de garantir moradia digna e reduzir áreas de

risco. No governo Luizianne as áreas de risco não aumentaram, como acontecia no passado, pelo contrário, diminuíram em 15,2% devido a urbanização de áreas verdes e a construção de habitações populares.

O conceito de moradia portanto está ligado ao direito a cidade. A integração do processo favorece a habitabilidade nas comunidades mais carentes. A mudança de cultura da moradia é uma conquista do povo de Fortaleza, fundamental para o enfrentamento das questões urbanas.

Estratégia e visão de futuro:

- Priorizar os processos de urbanização nas áreas de ZEIS (Zonas Espaciais de Interesse Social), viabilizando regularização fundiária e melhorias urbanísticas nessas áreas;
- Multiplicar os recursos destinados ao Programa Casa Bela através de parcerias com o governo federal, beneficiando milhares famílias em toda cidade que precisam reformar suas habitações, injetando recursos nos bairros e dinamizando a economia popular;
- Assegurar o direito à cidade através da ampla regularização fundiária – fundamento profundo da reforma urbana –, estabelecendo o acesso a terra urbana como condição de cidadania e justiça social.
- Reduzir o número de famílias em áreas de risco, promovendo através da oferta de habitação popular a justiça sócio-ambiental no município;
- Estimular o adensamento habitacional em áreas com melhor infraestrutura, evitando a dispersão espacial e a periferização das populações de menor renda.

5. Desenvolvimento Sócio-econômico: Investimento público com fator de geração de emprego e renda

Um conjunto de vetores voltados para atividades endógenas e vocacionais ampliam o desenvolvimento local a partir de investimentos que tem enorme influência sobre o emprego e a renda gerando numa economia. Fortaleza tem o maior Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Ceará e da Região Metropolitana, correspondendo a 50% do PIB do Estado do Ceará e 74% do PIB da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF).

Serviço, comércio, construção civil e administração pública são as características econômicas da cidade e que vêm se destacando em relação de emprego formais: entre 2005-2001 foram criados mais de 200 mil empregos em Fortaleza, de acordo com os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Fortaleza foi a capital do Nordeste que mais realizou investimentos públicos desde 2006 devido a uma política permanente de investimentos e que tem influenciado na geração de emprego e renda na capital.

Investimento como o do Transfor, do Vila do Mar, do Preurbis, do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) da Mobilidade, do Drenurb e do Hospital da Mulher estão transformando a vida das pessoas e melhorando as condições de vida na cidade. Destacamos também como obras importantes os investimentos na na Praia de Iracema, na Beira Mar, na Praia do Futuro, nos CUCAS, na construção de escolas e creches, nos equipamentos hospitalares, na iluminação pública, na habitação e na reconstrução do estádio

Presidente Vargas.

Na gestão da Prefeita Luizianne os investimentos mais que quadruplicaram passando de R\$ 74,6 em 2005 para R\$ 333,5 milhões em 2011. Investimento e emprego atraem novos negócios e o turismo, fruto de uma acertada política local que manteve a estratégia na vocação da cidade através do comércio e dos serviços e inverteu prioridades no combate as desigualdades sociais.

Fortaleza, além de liderar o investimento público e geração de empregos formais no Nordeste, é também a capital da região onde mais foram abertas empresas nos últimos anos. Foram 10.696 estabelecimentos abertos entre 2005-2010 com destaque para os setores do comércio, de serviços e da construção civil. Entendemos que em Fortaleza as políticas públicas estão conectadas com as vocações da cidade, demonstrando que os investimentos públicos são fundamentais para a geração de empregos, renda e inclusão social. A integração, a partir do investimento está determinando o desenvolvimento econômico com participação e transparência.

Toda essa estratégia foi crucial para que a cidade se destacasse no cenário nacional, pela sua capacidade de atração de grandes eventos, e conseguisse sediar a Copa das Confederações em 2013 e a Copa do Mundo de 2014. O planejamento e determinação da gestão Luizianne Lins foi fundamental para estimular as vocações da cidade da cidade, desenvolvendo-a de forma a preservar a democracia e valorizar a cultura.

Estratégia e visão de futuro:

- manter a evolução de uma política de investimento público;
- estimular a geração de emprego e renda;
- agilizar a abertura de novos empreendimentos;
- dotar a cidade de infraestrutura nas áreas sociais, de drenagem, de pavimentação e de iluminação;
- combater as desigualdades sociais;
- realizar eventos turísticos em todas as estações do ano;
- realizar a Copa das Confederações em 2013 e a Copa do Mundo em 2014.

6. Planejamento e Meio ambiente: participação cidadã e defesa da biodiversidade urbana

A partir do Plano Diretor Participativo, iniciado em 2006 e aprovado em 2009, a vertente ambiental foi fortalecida no sistema de planejamento urbano.

A elaboração do Diagnóstico Geoambiental de Fortaleza, em parceria com a Universidade Estadual do Ceará (UECE) – estudo inédito sobre a ecodinâmica dos sistemas ambientais da cidade e com indicações de uso de acordo com seu nível de fragilidade – fortaleceu a convergência entre planejamento urbanístico e ecologia urbana. Permitiu também o amadurecimento da sociedade de Fortaleza quanto à importância da biodiversidade e dos serviços ambientais para a qualidade de vida das pessoas. Esses avanços resultaram em dois Seminários Internacionais sobre Serviços Ambientais, em 2009 e 2011, respectivamente, que surgiram a partir da colaboração técnica Brasil-Suécia, sobre ecologia urbana. Portanto, além da ampliação de áreas preservadas, Fortaleza constrói um

novo modelo de planejamento urbano, baseado na democracia participativa e na preservação dos serviços ambientais usufruídos pela população. As discussões do Plano Municipal de Saneamento, iniciadas em 2011, pautam-se na perspectiva de incorporar aos sistemas técnicos os conceitos de resiliência e ecologia urbana, tratando de otimizar recursos humanos e financeiros, garantindo a biodiversidade e a qualidade dos serviços ambientais para a população.

Ainda neste aspecto, iniciativas da Gestão Municipal na área de resíduos sólidos têm produzido práticas inovadoras. É o caso do projeto para a construção do biodigestor utilizando os resíduos orgânicos do Mercado São Sebastião para geração de energia limpa. A assinatura, em 2011, do termo de cooperação entre as Prefeituras de Fortaleza e Boras (Suécia) concretizou o uso de soluções inovadoras para antigos problemas da cidade, unindo educação socioambiental, controle social e tecnologias adequadas. Muitos avanços foram obtidos por Fortaleza na questão ambiental. As ampliações das áreas de preservação e de interesse ambiental tiveram momentos significativos com a criação do Parque e da Área de Proteção Ambiental (APA) da Sabiaguaba pela Prefeita Luizianne Lins, iniciada em 2005 e concluída em 2011 e com o Plano de Manejo da Sabiaguaba em cooperação técnica com a Universidade Federal do Ceará (UFC).

Estratégia e visão de futuro:

- Instalação e Consolidação do Instituto de Planejamento Urbano – IPLANFOR - em sua atribuição de órgão de Planejamento Urbano com quadro técnico capacitado e constantemente renovado e atualizado tendo primazia na definição, estudo e implantação de uma política de planejamento urbano;

- Consolidação do Plano Diretor Participativo, reforçando em sua concepção centrada na ecologia urbana como base para o planejamento urbano de longo prazo;
- Materializar o conceito de “fator verde” – indicador para construções sustentáveis - como critério objetivo para o licenciamento ambiental e regulador do processo construtivo, tendo como meta a recuperação de serviços ambientais e da biodiversidade urbana;
- Instalação do Conselho da Cidade associado ao IPLANFOR, como mecanismo de co-gestão para a questão urbana;
- Desenvolver o Código Ambiental Municipal, na perspectiva da educação ambiental, do envolvimento e participação da população em torno de objetivos comuns;
- Reforçar dos sistemas de controle urbano municipal através da incorporação de recursos de monitoramento remoto para tomada de decisão na solução de problemas e/ou emergências urbanas;
- Priorizar programas de urbanização de favelas e áreas de risco sócio-ambiental – sobretudo em áreas de ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social – em consonância com a defesa de áreas de proteção ambiental e da melhoria das condições de vida da população.

Conclusão

É importante ressaltar que esta Carta de Princípios é fruto de um processo permanente de construção coletiva. Esta esboço reúne os princípios, as diretrizes, as áreas estratégicas de ação intersetorial e uma visão de futuro. Posteriormente, após discutir com a sociedade, com os partidos coligados, com as universidades detalharemos as ações programáticas a partir das diretrizes e dos eixos aqui mencionados.